

Registro de armas cai 88% em Minas

SEGURANÇA PÚBLICA

Novos registros de armas recuam 88,76% em Minas no primeiro semestre do governo Lula, invertendo trajetória ascendente do período Bolsonaro. Refluxo se repete nacionalmente

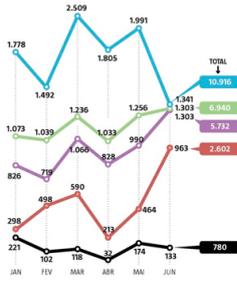
Armamentismo em queda livre

Vincius Pires Com regras mais rígidas no governo Lula (PT), o número de novas armas registradas por cidadãos comuns em Minas Gerais caiu 88,76% no primeiro semestre de 2023 em comparação ao mesmo período de 2022. De acordo com dados do Sistema Nacional de Armas (Sinarm) da Polícia Federal (PF)...

caso nacional a queda foi de 80,92% em relação ao mesmo período de 2022, quando 60.923 armas foram registradas por cidadãos comuns no Brasil. Em 2020, o número havia sido de 45.735, enquanto nos seis primeiros meses de 2019 foram 18.608 novos cadastros. A reportagem do Estado de Minas entrou em contato com a Polícia Federal (PF) para solicitar os dados referentes ao ano de 2021 em âmbito nacional, os quais não estavam disponíveis no Sinarm...

ARMAS EM MINAS

Confirma os registros feitos no estado entre janeiro e junho, desde 2019



quantidade de armas por cidadãos. Além disso, a quantidade de munições permitidas por arma anualmente, foi reduzida de 200 para 50 unidades. Agora também será necessário comprovar 'efetiva necessidade' das armas para que seu uso seja permitido. Além disso, fica decretado o fim do porte de trânsito municiado para CAC e sio impostas restrições às entidades de tiro desportivo. No governo antecessor, armas que antes eram restritas apenas às forças de segurança, como as pistolas 9mm, 40 e 45 A&C, foram disponibilizadas para os cidadãos comuns. Com o novo decreto, esses parâmetros foram revertidos, e as pistolas voltaram a ser de uso exclusivo das forças de segurança, restabelecendo a restrição anterior. Além disso, as armas longas de alma lisa semi-automáticas também foram incluídas nas restrições. O decreto ainda reduz a validade dos registros de armas de fogo, que até então era de 10 anos, passando para três ou cinco anos, a depender do caso. As normas ainda definem uma 'migração' progressiva das competências referentes às atividades de caráter civil. Sendo assim, a competência decaída de ser atribuída ao Comando do Exército e passa a ser exercida pela Polícia Federal, incluindo a 'definição, padronização, sistematização, normatização e fiscalização das atividades e procedimentos'.

Congresso tenta barrar decreto restritivo

Contrários às novas regras para a aquisição de armas, parlamentares da oposição tentam demorar o novo decreto do presidente Lula. Na Câmara dos Deputados, conforme levantamento feito até segunda-feira (31/7), nove propostas legislativas, sendo três requerimentos e seis projetos de decreto legislativo (PDL), buscam sustar totalmente ou parcialmente o decreto 11.615/2023, além de debater os impactos da proposta presidencial. Uma das propostas, o PDL 189/2023, contém a assinatura de quatro parlamentares mineiros da bancada do Partido Liberal (PL) São-Elzeu, Junno Amaro, Nikolas Ferreira, Zé Vitor e Maurício do Vêlo. O projeto é assinado, ao todo, por 54 parlamentares. A reportagem do Estado de Minas, o deputado federal Junno Amaro disse que a proposta tem como objetivo tentar 'restabelecer a situação anterior' do governo Bolsonaro. Para ele, o decreto da ges-

tao atual 'sufoca e destrói o setor armamentista', além de privar a liberdade do cidadão que cumpre os requisitos para ter acesso às armas de fogo. Ele justifica a apresentação do projeto argumentando que o tema envolve questões econômicas e de segurança pública. O parlamentar ainda associa o acesso às armas à proteção individual do cidadão e à queda na violência. 'É uma tentativa de tentar restabelecer a situação anterior, mais próxima do que era a situação anterior. O decreto apresentado pelo governo é extremamente arbitrário, ele sufoca e destrói o setor armamentista. Não apenas a liberdade do cidadão que cumpre os requisitos de ter acesso às armas, mas também sufoca clubes de tiro, colecionadores e caçadores. Ele tem o propósito muito claro de destruir o setor', disse ao EM. 'A gente precisa dar um basta nessas ações do governo que tentam destruir os avan-

ços que foram promovidos até agora', completou. Já o deputado federal Zé Vitor acredita que o tema deve ser debatido pelo Congresso Nacional. Ele também avalia que uma política bem estabelecida sobre o acesso às armas pode favorecer o país. 'Eu defendo que haja um amplo debate e que o Congresso defina sobre esse tema, não o governo. Particularmente, acredito que uma política clara sobre armas pode favorecer o país e o cidadão', declarou à reportagem do Estado de Minas. Outros Projetos de Decreto Legislativo que tentam anular a decisão presidencial foram apresentados pelos deputados federais Delegado Fábio Costa (PP-AL), Ricardo Salles (PL-SB) e Coronel Meira (PL-PE), Julia Zanatta (PL-SC), Delegado Paulo Biljynsky (PL-SF), Marcos Volcan (PL-MS) e Alberto Fraga (PL-DF). Como os textos apresentados são de teor similar, pode haver uma junção

dos projetos na tramitação. Além dos projetos apresentados para revogar o decreto, um requerimento (221/2023) foi submetido à Mesa Diretora para convocar o ministro da Justiça, Flávio Dino, a comparecer à Casa Legislativa para esclarecer as novas normas. Já o requerimento (225/2023), solicita uma audiência pública para discutir os impactos do decreto 'no comércio de armas no Brasil, no funcionamento dos clubes de tiro, bem como na prática de tiro esportivo, caça e coleção por cidadãos brasileiros'. No Senado, duas propostas foram apresentadas na tentativa de suspender totalmente o decreto que reduz o acesso às armas de fogo. Na Casa Legislativa, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) com o apoio de outros 10 parlamentares - inclusive do senador mineiro Cleitinho (Republicanos) -, apresentou o Projeto de Decreto Legislativo 195/2023.

As justificas do projeto, o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, afirma que a atual gestão anunciou na competência legislativa do Congresso ao criar atribuições e alterar competências estabelecidas. Para Flávio, o decreto também pode causar um 'colapso' na Polícia Federal no gerenciamento do sistema de registros de armas de fogo 'além da falta de padronização comprometendo a eficiência do sistema anterior e levando à insegurança do mesmo'. 'Esse decreto petista tem a clara intenção de agrandar assaltantes, homicidas e estupradores, pois com as suas vítimas desarmadas terão o seu trabalho facilitado. A oposição e os parlamentares que entendem as reais necessidades do Brasil já declararam apoio ao nosso projeto. Tirar as armas da população é uma armadilha', afirmou Flávio Bolsonaro. Ao justificar a assinatura, o se-

nedor Cleitinho reforçou o seu posicionamento em relação ao armamento por parte dos cidadãos comuns e disparos críticos às ações do governo federal. 'Bandido usa, não o problema do cidadão usar pra se defender' Cleitinho que quiser usar, dentro dos requisitos da Lei é direito de ele usar. O que precisa ser feito é um esforço maior para desarmar bandidos, e não o cidadão de bem', disse o senador cleitinho ao Estado de Minas. Autor do PDL 190/2023, o senador Luis Carlos Heine (PL-RS) também ressalta que, entre outros pontos, o decreto extrapola as competências do Poder Executivo. 'O texto transfere atribuições do Exército para a Polícia Federal, totalmente à margem do Estatuto do Desarmamento. O decreto também ignora que o tiro é uma prática esportiva, já que impõe aos atletas, deficiados para compra de munição', ponderou, (V.P)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 5